

## O SEXISMO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS 6º ANOS DA DIRETORIA REGIONAL DE GUARULHOS SUL

Giliane Duarte de Almeida<sup>1</sup>.

### RESUMO

O presente estudo analisa o sexismo na prática pedagógica dos professores de Educação Física. Configurou-se como objetivo de pesquisa, identificar a existência de práticas sexistas e não sexistas, nas aulas de Educação Física nos 6º anos do ensino fundamental, nas escolas públicas estaduais da Diretoria Regional de Ensino Guarulhos-Sul. Para este propósito realizou-se uma pesquisa de campo, do tipo Quantitativa – Descritiva. Foi aplicado um questionário com seis questões fechadas, à amostra de 579 alunos, dos 6º anos (5ª série) do ensino fundamental, de ambos os sexos, com idades entre 10 e 14 anos, matriculados em escolas pertencentes a Diretoria Regional de Guarulhos Sul, de um total de 7.052 alunos que encontram-se matriculados nesta Diretoria no ano de 2011. Constatou-se que segundo 64% (n=369) dos entrevistados, meninos e meninas realizam aulas juntos somente algumas vezes ou sempre separados, já quanto à diversificação do conteúdo os discentes apontaram não sofrer tanta alteração, conforme responderam 73% (n=418). Em relação ao incentivo na prática conjunta, 53% (n=304) dos discentes consideram que seu (sua) professor (a) de Educação Física adota uma postura indiferente. Em se tratando da ocupação da quadra nos momentos livres, 76% (n=442) dos entrevistados relatam que o docente não determina que uma parte da quadra seja ocupada somente por meninas e a outra somente por meninos. Quanto à cobrança na participação, 83% (n=480) dos entrevistados consideram que é a mesma para ambos os sexos. Verificou-se que há indícios de práticas sexistas, no entanto, também foram encontradas práticas não sexistas, conclui-se então que há um avanço por parte dos professores em defender aulas co-educativas, contudo, ainda há um longo caminho para se chegar a co-educação.

**Palavras-chave:** Educação Física escolar. Prática pedagógica. Sexismo.

## SEXISM AND PRACTICE OF TEACHING PHYSICAL EDUCATION TEACHERS OF 6 YEARS OF THE REGIONAL BOARD OF SOUTH GUARULHOS

### ABSTRACT

This study examines sexism in the pedagogical practice of physical education teachers. Configured as research objective, identify the existence of sexist and non-sexist practices in physical education classes in the 6th grade of elementary school in the public schools of the Regional Board of Education Guarulhos-South. For this purpose we carried out a field survey, the type-Quantitative Descriptive. We used a questionnaire with six closed questions, the sample of 579 students, the 6th year (5th grade) elementary school, of both sexes, aged between 10 and 14 years, enrolled in schools belonging to the Regional Board of Guarulhos South a total of 7,052 students are enrolled this Board in 2011. It was found that according to 64% (n = 369) of respondents, boys and girls hold classes together only sometimes or always separate, since as the diversification of the content the students showed not suffer much change as respondents 73% (n = 418 .) Regarding the incentive in joint practice, 53% (n = 304) of students believe that his (her) teacher (a) Physical Education adopts a nonchalant. In the case of the occupation of the block in the free time, 76% (n = 442) of respondents report that the teacher does not determine that a portion of the block is occupied only by girls and another for boys only. As regards the recovery in participation, 83% (n = 480) of respondents believe that is the same for both sexes. It was found that there is evidence of sexist practices, however, were also found not sexist practices, then it is concluded that there is a breakthrough on the part of teachers to defend co-educational classes, however, there is still a long way to reach co-education.

**Keywords:** Physical Education. Pedagogical practice. Sexism.

## INTRODUÇÃO

Sendo a Educação Física escolar, um direito de todos os alunos e alunas, sua prática deve oferecer igualdade de oportunidades a meninos e meninas. Nesta premissa, tais questões de gênero têm sido abordadas em diversos estudos e, apoiados em diferentes paradigmas, os autores apostam em uma Educação Física democrática, defendendo a equidade de oportunidades nas aulas de Educação Física, acreditando na co-educação como modelo a ser seguido, a fim de combater as desigualdades durante as aulas.

Contudo, resta saber se tais expectativas teóricas estão sendo aplicadas na prática, visto que diversos estudos mostram que muitos professores adotam uma postura dicotômica, a qual na teoria intercede a favor de uma educação igualitária, entretanto na prática observa-se uma distinção de tratamentos entre os sexos, oferecendo conteúdos diferentes aos meninos e meninas.

Certamente, tais práticas são comumente encontradas nas aulas de Educação Física devido o fato da história dessa disciplina ter sido marcada pelo higienismo e o militarismo, em que determinava-se o que era adequado para homens e o que era adequado para mulheres. Quando a disciplina tornou-se obrigatória nas escolas, houve resistências dos pais, que não viam com bons olhos a ideia de ver seus filhos participarem de atividades que não fossem intelectuais, todavia a tolerância era maior quando se tratava dos meninos, pois já era comum a ginástica para homens nos treinamentos militares, já em se tratando das meninas, a opinião pública foi contra a ideia de ampliar as atividades práticas também à elas. (ZUZZI e KNIJNIK, 2010; CASTELLANI FILHO, 2003; BRASIL, 2000; ROMERO, 1994).

Inicialmente a Educação Física na escola tinha como função formar uma nação competente para lutar nas guerras, excluindo assim as mulheres, no entanto, sobre a influencia do eugenismo, as atividades físicas que até então eram indicadas apenas aos homens, passaram a ser aconselhadas às mulheres também, uma vez que acreditava-se que mulheres mais fortes e robustas, gerariam filhos mais saudáveis para defender a nação, e filhas também saudáveis para que pudessem futuramente gerar filhos mais saudáveis. (CASTELLANI FILHO, 2003; SOUSA, 1994).

Assim, a Educação Física passou então a ser permitida para meninas, no entanto, com participação restrita à algumas atividades que não colocassem em dúvida a sua feminilidade, e que não prejudicasse o papel a qual lhe era destinado, ou seja, a maternidade.

Alguns estudiosos buscaram verificar como ocorriam as aulas de Educação Física escolar nos seus primórdios, Sousa (1994) analisando as aulas de Educação Física em Belo Horizonte entre 1897 e 1994, constatou que havia distinções na proposta de exercícios para meninas e meninos. Recomendavam-se, para meninas, exercícios à sobra, basicamente envolvendo movimentos de flexão e extensão, “por possibilitarem um desenvolvimento muscular simétrico” (SOUSA, 1994, p. 28). Já a proposta de exercícios para meninos tinha um atravessamento inteiramente militar, pois, para eles, eram orientadas, prioritariamente, atividades como marchas, posições, evoluções, passos e movimentos militares (SOUSA, 1994).

Como já é sabido, no ano de 1920, o método Francês se torna obrigatório nas instituições de ensino como modelo para a Educação Física Civil. O Regulamento nº. 7 – Regulamento de Educação Física (1934), que a é a tradução do Regulamento de Educação Física francesa, em sua primeira parte, apresenta uma seção nomeada de “Educação Física Feminina”. Esse manual orienta “[...] evitar-se-á a aplicar-lhe [à mulher], sem devidas precauções, os processos da educação física reservada aos rapazes” (REGULAMENTO Nº.7, 1934, p. 16). Também prescreve as seguintes atividades para as mulheres:

“A marcha, os exercícios rítmicos e de suspensão de curta duração com tempos de impulsão, o salto na corda, o lançamento de disco, dardo e pesos (menores que os dos homens), os jogos de raquete (pela e tênis), o transporte de pesos leves em equilíbrio na cabeça, a esgrima dos dois braços, que exigem em definitivo apenas um trabalho moderado e que põem em ação, sobretudo os músculos da bacia, serão, em princípio, os exercícios próprios à mulher. Qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas, de choques e de golpes perigoso para o órgão uterino. A higiene condena sua prática pela mulher” (REGULAMENTO Nº. 7, 1934, p. 16).

Pereira (2004) conta que em meados de 1925 as aulas de Educação Física ocorriam de forma mista, contudo, as meninas estavam dispensadas de saltar e subir, tal decisão certamente foi oriunda da concepção de que os saltos poderiam tornar seus corpos masculinos, além de causar possíveis danos aos órgãos reprodutores. Logo, percebe-se que apesar das turmas serem mistas, as atividades entre meninos e meninas eram diferenciadas (PEREIRA, 2004).

Felizmente com passar dos anos, tais argumentos biológicos usados para classificar atividades adequadas para cada sexo já foram superados pelos novos estudos, no entanto, resta-se saber, se ainda há vestígios sexistas nas práticas pedagógicas dos atuais professores de Educação Física.

Assim, a questão ou problema central desta pesquisa é: há um avanço de práticas não sexistas, que contribuam para uma equidade de oportunidades, favorecendo a co-educação, nas aulas de Educação Física?

Aulas mistas e aulas co-educativas são frequentemente encontradas na literatura como sendo sinônimos, todavia, Auad (2006) e Saraiva (1999) fazem uma importante diferenciação entre elas.

As autoras esclarecem que aulas mistas envolveriam apenas questões de distribuição e organização de alunos e alunas de forma conjunta no espaço escolar, ou seja, apenas misturar meninos e meninas. Enquanto a co-educação destina-se a problematização das questões de gênero, buscando uma reflexão das construções culturais estipuladas pela sociedade para o homem e para mulher. Sendo que para que possa ocorrer a co-educação, é necessário que as aulas sejam mistas, no entanto, nem toda aula mista é co-educativa.

Nessa ótica, nota-se que o que se espera é que haja uma equidade de oportunidades nas aulas de Educação Física. Equidade de gênero não é sinônimo de igualdade de sexo. Os PCNs entendem equidade como “a necessária atenção às diferenças para a real garantia de igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos bens sociais, em todos os campos” (BRASIL, 1998, p. 322).

Assim, “Se tratamos igual os diferentes, reproduzimos as diferenças. É preciso tratar de diferentes maneiras os/as estudantes para compensar e equilibrar as diferenças individuais, sociais, culturais. Essa é a política de equidade”. (CARVALHO, 2006, p. 06).

Nesse contexto, entende-se que a proposta da equidade requer a garantia de oportunidades iguais para masculino e o feminino, promovendo a reflexão acerca das desigualdades sociais, das diferenças individuais e do fato de alunos e alunas chegarem à escola marcados pelas discriminações de gênero (CARVALHO, 2006). Por fim, o presente estudo tem como objetivo identificar a existência de práticas sexistas e não sexistas, nas aulas de Educação Física nos 6º anos do ensino fundamental, nas escolas públicas estaduais da Diretoria Regional de Ensino Guarulhos-Sul.

## DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa Quantitativa – Descritiva, considerando como população de estudo alunos dos 6º anos do ensino fundamental, matriculados em escolas pertencentes a Diretoria Regional de Guarulhos Sul. A amostra do tipo casuística teve como critério de inclusão, alunos que estivessem presentes no momento da coleta de dados. As entrevistas foram realizadas de outubro a dezembro de 2011, por meio de visitas da pesquisadora às unidades escolares.

De acordo com a Diretoria Regional de Guarulhos Sul, no período da coleta de dados, havia 7.052 alunos matriculados nos 6º anos. Para seleção da amostra empregou-se o cálculo de amostra para população finita descrita por Richardson *et al* (1985) *apud* Mattos, Rossetto e Blecher (2008). Feito o cálculo, constatou-se que para o nível de confiança de 95,4% e erro permitido de 4%, o mínimo de sujeitos entrevistados seria de 574 alunos.

Segue abaixo uma tabela com as escolas pesquisadas e os números de alunos pertencentes a cada uma delas. Optou-se por tais escolas devido a sua proximidade geográfica. Os entrevistados encontravam-se com idades entre 10 à 14 anos.

Foi utilizado um questionário composto de seis questões fechadas, elaboradas pela autora, a fim de identificar e analisar o avanço de práticas pedagógicas não sexistas nas aulas de Educação Física.

Ao entrar nas salas, a pesquisadora apresentou-se aos alunos, explicando o motivo de sua presença, o objetivo e procedimento de sua pesquisa. Informou aos alunos que cada um receberia uma folha contendo um questionário, em que deveriam assinalar a resposta que fosse correspondente a maneira como a qual ocorriam suas aulas de Educação Física. Os entrevistados receberam a orientação de que deveriam responder cada questão após a leitura feita pela pesquisadora, pois ao ler cada pergunta, ela os ajudaria a interpretá-la.

Ao fim da aplicação, os questionários foram recolhidos.

Tendo em mãos um número suficiente de questionários respondidos, encerrou-se a pesquisa. Assim, a amostra ficou definida por 579 sujeitos, conforme se apresenta na tabela 1.

A análise das respostas dos entrevistados foi feita pela estatística descritiva, transformando as respostas em percentuais do total.

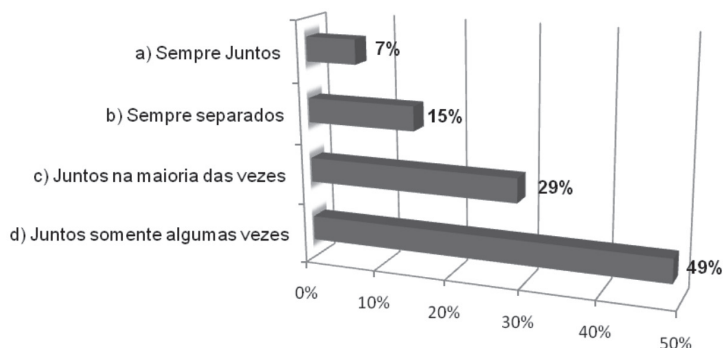
**Tabela 1.** Amostra dos sujeitos.

| Nome da Escola                      | Meninos    | Meninas    | Total      |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|
| E.E. Agostinho Cano                 | 36         | 32         | 68         |
| E.E. Padre Valentin Gonzalez Alonso | 42         | 40         | 82         |
| E.E. Hugo de Aguiar                 | 34         | 32         | 66         |
| E.E. João Cavalheiro Salém          | 57         | 61         | 118        |
| E.E. Maria Aparecida Felix Porto    | 48         | 50         | 98         |
| E.E. Republica da Venezuela II      | 36         | 29         | 65         |
| E.E. Parque Jurema IV               | 39         | 43         | 82         |
| <b>Total de entrevistados</b>       | <b>292</b> | <b>287</b> | <b>579</b> |

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira questão procurou-se verificar com que frequência meninos e meninas costumavam realizar as atividades juntos, perguntou-se aos alunos: *“Durante as aulas de Educação Física, meninos e meninas costumam praticar as atividades sempre juntos, sempre separados, juntos na maioria das vezes ou juntos somente algumas vezes?”*. Os resultados seguem apresentados no gráfico 1.

**Gráfico 1.** Frequência de participação nas atividades.



Segundo 49% (n=283) dos alunos entrevistados, os professores proporcionam aos meninos e meninas a vivência em atividades juntos somente algumas vezes. Já para 15% (n=86) essas oportunidades nunca lhe são proporcionadas, uma vez que realizam as atividades sempre separados. No entanto, 29% (n=170) afirmam que na maioria das vezes fazem as atividades juntos e apenas 7% (n=40) relataram realizar as atividades sempre juntos. Diante dos resultados, observa-se que de acordo com os discentes entrevistados, a maioria dos professores não possibilitam, ou possibilitam com pouca frequência, a oportunidade de convivência entre o masculino e feminino nas atividades desenvolvidas durante as aulas de Educação Física, como apontam 64% (n=369) dos alunos, o que nos leva perceber evidências de práticas sexistas.

Para Freire (1989) um dos principais argumentos utilizados para a separação por sexo nas aulas de Educação Física é o conceito de superioridade dos meninos em termos de capacidades físicas e habilidades motoras, o que só seria justificativa se o objetivo da Educação Física fosse o alto rendimento. Contra este argumento o autor adverte que sustentar esta separação seria o mesmo que reforçar o preconceito já existente e conformar as pessoas à sociedade.

Dornelles (2006) relata que separar meninos e meninas nas aulas de Educação Física é um recurso muito utilizado pelos docentes da área, e que tal separação não se trata apenas de uma separação física entre dois grupos, mas de mostrar formas adequadas para comportamentos masculinos e femininos.

De acordo com Saraiva (1999) se a aula de Educação Física escolar não é uma sessão de treinamento esportivo, a separação de gêneros não pode ser pautada sobre as bases biológicas, tais como diferenças de habilidade motora ou força entre alunos e alunas.

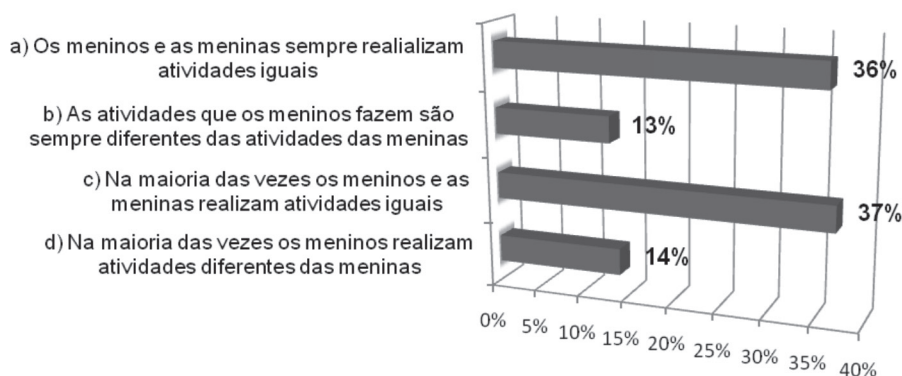
Corroborar-se com Altmann (1998) quando a autora afirma que a postura ostentada pela Educação Física não necessita ser tão severa, em que de acordo com a atividade proposta e as condições do momento, possam-se variar as turmas de forma mista ou separada.

Assim a autora afirma:

“Separar meninos e meninas nas aulas é estabelecer uma divisão polarizada entre os gêneros; é exagerar uma genereficação das diferenças entre as pessoas, desconsiderando variações no gênero e considerando apenas diferenças de gênero como importantes numa aula; é tornar as fronteiras das divisões de gênero mais rígidas do que de fato são e negar as meninas e meninos a possibilidade de cruzá-las; é furtar-lhes de antemão a possibilidade de escolha entre estarem juntos ou separados” (ALTMANN, 1998, p. 100).

Após diagnosticar a frequência com a qual os alunos e alunas realizam as aulas juntos, a segunda questão almejou verificar se há diversificação de atividades para meninos e meninas, perguntou-se então: “Quanto às atividades, quando realizam aulas separados, meninos e meninas sempre realizam atividades iguais, diferentes, na maioria das vezes iguais ou na maioria das vezes diferentes?”.

**Gráfico 2.** Diversificação das atividades por sexo.



Observa-se no gráfico 2 que 36% (n=206) dos entrevistados relataram que em suas aulas de Educação Física o professor proporciona as mesmas atividades para meninos e meninas, já 37% (n=212) afirmaram que não sempre, mais na maioria das vezes o conteúdo é o mesmo para ambos os sexos. No entanto, 14% (n=83) consideram que na maioria das vezes os meninos realizam atividades diferentes das meninas e 13% (n=78) declararam que as atividades são sempre diferentes para alunos e alunas.

Nesta ótica, percebe-se que ainda que na questão anterior indícios de práticas sexistas tenham sido observados, uma vez que a maioria dos sujeitos entrevistados, 64% (n=369), relataram realizar aulas juntos somente algumas vezes ou sempre separados, ao menos quanto ao conteúdo, os discentes apontaram não sofrer tanta diversificação, conforme responderam 73% (n=418).

Em estudos anteriores, diversos autores depararam-se com resultados distintos ao deste estudo, evidenciando uma distinção na realização dos conteúdos por alunos e alunas.

Abreu (1995) verificou que nas aulas de Educação Física mista, o jogo central proposto era praticado somente por meninos e já às meninas eram oferecidas outras atividades, preferencialmente num local separado da quadra. A autora atribuiu essa diferença de conteúdos para cada sexo a fatores de influência social e cultural.

É comum deparar-se com aulas de Educação Física em que às meninas pulem corda e joguem queimada, enquanto os meninos jogam futebol, assim observou Freitas (2008) em seus estudos.

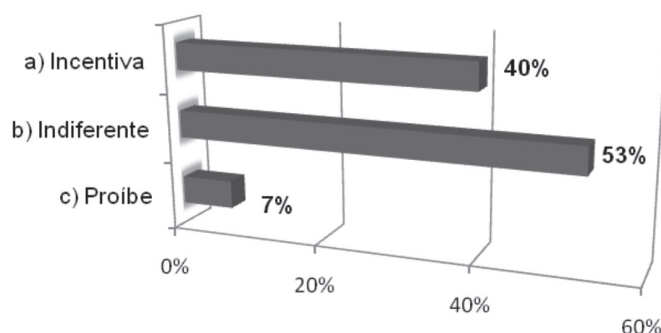
Para Scraton (1992) apud Louro (1997) muitas professoras e professores evitam aplicar jogos para as meninas que ocasionam contato físico ou que possam conter certa dose de agressividade, porque estão preocupados com a sexualidade da aluna, justificando que tais atividades vão contra o ideal heterossexual de feminilidade, que está ligada a fragilidade e a passividade, reforçando com argumentos de que tais atividades podem machucar os seios ou órgãos reprodutores das meninas e estimular contatos entre as garotas que não seriam desejáveis.

Nesta ótica, comparando-se aos estudos anteriores, os resultados obtidos nesta questão, interpretam-se como um avanço na redução de práticas sexistas, visto que, ainda que de forma separada, meninos e meninas, em sua maioria, realizam conteúdos iguais.

Corrobora-se com Romero (2010), quando a autora afirma que o professor que proporciona atividades diferentes para meninos e meninas, robustece a concepção dos papéis sexuais preestabelecidos pela sociedade, contrariando, muitas vezes, o que ele próprio defende na teoria.

A terceira questão surgiu a fim de verificar o incentivo do professor em relação à prática conjunta nas atividades, durante as aulas de Educação Física. Para tanto, perguntou-se aos entrevistados: “Seu (sua) professor (a) de Educação Física, incentiva, é indiferente ou proíbe que meninos e meninas pratiquem as atividades juntos?”.

**Gráfico 3.** O incentivo do professor na prática conjunta.



Verifica-se no gráfico 3 que 53% (n=304) dos discentes entrevistados consideram que seu (sua) professor (a) de Educação Física adota uma postura indiferente em relação a participação conjunta nas atividades. Todavia, 40% (n=232) afirmaram que são incentivados por seus professores à realizarem atividades juntos.

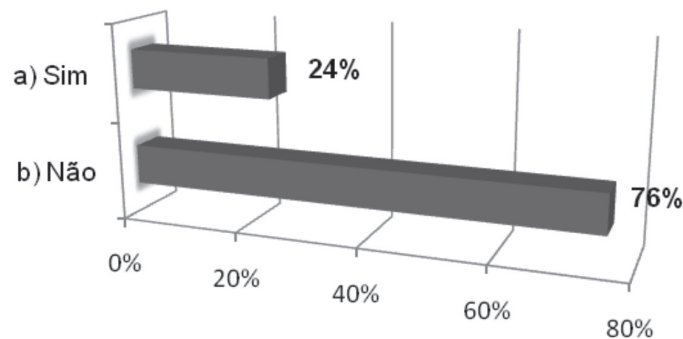
Tais resultados se mostram a favor de uma pedagogia não discriminatória, visto que 93% (n=536) dos alunos não recebem por parte de seus professores de Educação Física um comportamento que os proíba de estarem juntos.

Contudo, ainda que em menor porcentagem, nesta questão há de se considerar um pequeno indício de práticas sexistas, uma vez que 7% (n=43) relataram que seu (sua) professor (a) proíbe que meninos e meninas executem as atividades juntos.

Acredita-se que é dever do professor, incentivar que alunos e alunas realizem as atividades juntos, uma vez que as aulas mistas proporcionam: “oportunidades para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias” (BRASIL, 2000, p. 30).

Seguindo na perspectiva de identificar e analisar o avanço de práticas pedagógicas não sexistas nas aulas de Educação Física, a quarta questão almejou verificar se o (a) professor (a) determinava com quem os alunos deveriam realizar as atividades nos momentos livres, perguntou-se então: “Quando seu (sua) professor (a) de Educação Física deixa a aula, ou parte dela, livre, na maioria das vezes ele (ela) determina que uma parte da quadra seja ocupada somente por meninas e a outra somente por meninos?”. Os resultados seguem apresentados no gráfico 4.

**Gráfico 4.** Determinação por sexo no uso da quadra.



Segundo 76% (n=442) dos entrevistados, nos momentos livres, o (a) seu (sua) professor (a) de Educação Física não determina que uma parte da quadra seja ocupada somente por meninas e a outra somente por meninos. Ainda que em menor proporção, observa-se que há casos de proibição da prática conjunta, como apontaram 24% (n=137).

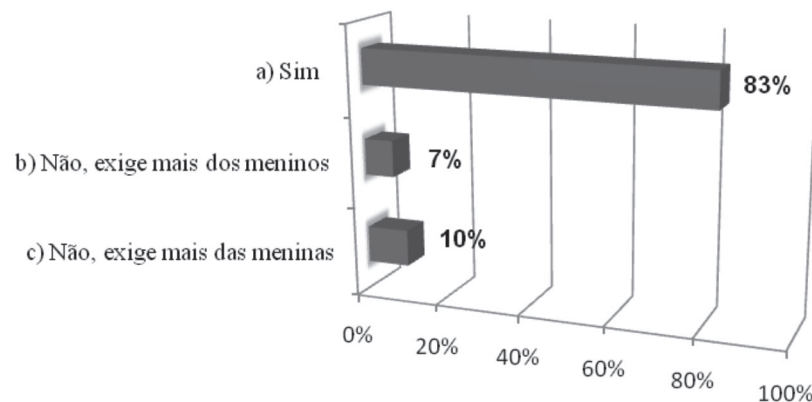
No entanto, é relevante salientar uma observação feita durante a coleta de dados. Por mais que a maioria dos professores, não determinem a separação na ocupação da quadra, muitos alunos relataram que essa separação ocorre, não por determinação docente, mais sim por imposição da maioria que deseja jogar futebol (meninos em maior número) e para isso ocupam a quadra toda, enquanto os que preferem realizar outras atividades (meninas em maior número) ocupam outro espaço ao redor da quadra, geralmente menor.

Corsino (2011) também verificou em seus estudos que durante as aulas livres, os meninos ocupam a maior parte da quadra.

Uma vez que Almeida, Couto e Leite (2009), Darido e Sousa Jr (2002), Altmann (1998) constataram em seus estudos que meninos ocupam quase que exclusivamente os espaços esportivos na escola, torna-se necessário que o professor de Educação Física interceda nessa situação, criando estratégias a fim de contribuir para igualdade no uso dos espaços.

A quinta questão buscou verificar se a cobrança em relação a participação nas aulas é a mesma para meninos e meninas, perguntou-se aos entrevistados: “A cobrança do (a) seu (sua) professor (a) em relação a participação nas aulas é a mesma para meninos e meninas?”.

**Gráfico 5.** Cobrança na participação das atividades.



Verifica-se no gráfico 5 que 83% (n=480) dos entrevistados, consideram que a cobrança do (a) professor (a) de Educação Física em relação a participação nas aulas é a mesma para ambos os sexos. Apenas 17% (n=99) disseram que o professor cobra mais de um sexo do que do outro, sendo que 10% (n=41) relataram que exige mais das meninas e 7% (n=41) exige mais dos meninos.

É oportuno lembrar que o fato dos alunos responderem que a cobrança dos professores é a mesma para ambos os sexos, não significa afirmar que os docentes exigem essa participação, visto que durante a coleta de dados, vários foram os comentários de que os professores não cobravam a participação nem dos meninos e nem das meninas. Já, alguns entrevistados relataram que o (a) professor (a) descontava ponto de quem não participava.

Corsino (2011) observou em seus estudos que nas aulas dos professores que mantinham uma maior organização na aula, adotando uma postura mais rígida e cobrando uma participação efetiva de alunos e alunas, as meninas participavam em um número muito maior, comparando-se as aulas nas quais não havia intervenção dos docentes.

Corroborar-se com o autor, quando ele afirma que:

“Quando há uma maior preocupação e intervenção dos/as professores/as na organização das aulas, no que se refere à categoria gênero. Essa intervenção, essa ação orientada na direção da desconstrução das polaridades e hierarquias de gênero corresponde a uma das ações percebidas como co-educativas, representando um passo adiante e *a mais* em relação à escola mista”. (CORSINO, 2011, p. 108).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se refletir no decorrer desse estudo a influência dos professores de Educação Física nos conflitos de gênero, com um olhar direcionado para sua prática pedagógica. Por meio da revisão de literatura, foi possível observar que diversos fatores favorecem a existência de práticas sexistas durante as aulas, pois como se observou, a história da Educação Física foi marcada pelo androcentrismo e ainda que muitos anos tenham se passado, a sociedade e a cultura do nosso país continuam contribuindo na manutenção das desigualdades existentes entre homens e mulheres. E a escola, que deveria contestar tais desigualdades, muitas vezes as reproduz.

Os resultados apresentados nesta pesquisa nos permitem fazer algumas considerações sobre a existência de práticas pedagógicas sexistas e não sexistas, nas aulas de Educação Física no sexto ano do ensino fundamental, nas escolas públicas estaduais da Diretoria Regional de Ensino Guarulhos-Sul.

Foram encontrados indícios de práticas sexistas, uma vez que verificou-se que não são raros os casos em que na maioria das vezes, ou sempre, meninos e meninas realizam as atividades separados. Constatou-se também que há casos em que professores proíbem alunos e alunas de realizarem as tarefas juntos, e a maioria dos docentes não incentivam a prática conjunta entre meninos e meninas.

Contudo, felizmente também foram encontrados indícios de práticas não sexistas, visto que observou-se que a maior parte dos professores não diversificam os conteúdos de acordo com sexo, aplicando as mesmas atividades para meninos e meninas, e muitos professores incentivam seus alunos e alunas a realizarem as atividades juntos. Verificou-se também que em sua maioria, os docentes cobram de forma igualitária a participação nas aulas.

Desta forma, conclui-se que estamos avançando nas práticas pedagógicas não sexistas, no entanto, há muito que ser feito para que se possa chegar à co-educação.

Acredita-se que Educação Física, usando como instrumentos os seus conteúdos, pode contribuir para liberação corporal de meninas e meninos. Para que isso seja possível, o (a) professor (a) de Educação Física deve repensar o seu papel como agente de transformação social, evitando atitudes e comportamentos que propiciem a separação de gêneros. Interessante seria incentivar todos os alunos, sem diferenciação de sexo, a participarem de todas as atividades propostas nas aulas, na verdade, o que se busca é uma equidade de oportunidades.

A dicotômica postura de muitos professores de Educação Física, que na teoria intercede a favor de uma educação igualitária, entretanto na prática observa-se uma distinção de tratamentos para meninos e meninas, merece mais atenção. Talvez o despreparo de muitos deles seja um forte indício da desigualdade



de oportunidades a qual meninas e meninos são submetidos. Logo, torna-se oportuno, que durante a graduação, os futuros professores tomem conhecimento dos conflitos de gênero presentes na escola, reflitam e discutam sobre sua influência nessa problemática. Talvez assim, os novos docentes cheguem à escola com uma visão atualizada, com a concepção de que as diferenças entre gêneros são atribuídas por fatores sociais e não biológicos, portanto reversíveis.

Visto a contribuição da escola na formação da criança, julga-se necessário que ela reveja seus conceitos, a maneira com a qual esta educando seus alunos, verificando se tais métodos influenciam na manutenção das discriminações de gênero, buscando estratégias para reversão desse quadro. Sugere-se que sejam feitos programas de conscientização de pais e professores sobre os danos, que inconscientemente eles causam, ao coibir determinadas atitudes de seus filhos e alunos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, N.G. Análise das percepções de docentes e discentes sobre turmas mistas e separadas por sexo nas aulas de Educação Física Escolar. In: ROMERO, E. (org.). **Corpo, Mulher e Sociedade**. São Paulo, SP: Papirus, p. 157-176, 1995.

ALMEIDA, G.D; COUTO, H.R.F.; LEITE, G.S. Olhares sobre as relações de gênero na prática do futsal na Educação Física escolar. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 8, n. 2, p. 183-190, 2009.

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física**. Belo Horizonte, 1998. 110 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 1998.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, v. 7, Educação Física: DP&A. 2000.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALHO, M.E.P. **Formação de educadoras e educadores com enfoque crítico de gênero no contexto das políticas educacionais para a igualdade e diversidade**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos908/formacao-educadores/formacao-educadores2.shtml>>. Acesso em: 04 jan. 2012

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CORSINO, L.N. **Relações de gênero na educação física escolar: uma análise das misturas e separações em busca da coeducação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2011. 153 folhas.

DARIDO, S.C.; SOUZA JR, O.M.S. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. **Motriz**, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 1-9, Janeiro-Abril 2002.

DORNELLES, P.G. 'Distintos destinos': problematizando as relações de gênero nas aulas separadas entre meninos e meninas na Educação Física escolar. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero** 28, 29 e 30 de 2006.

FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo, SP: Scipione, 1989.

FREITAS, L.L. Cultura corporal e dominação masculina como as diferenças são construídas? Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/.../Ligia\\_Luis\\_de\\_Freitas\\_67.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/.../Ligia_Luis_de_Freitas_67.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2012

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATTOS, M.G.; ROSSETTO JR, A.J.; BLECHER, S. **Metodologia da Pesquisa em Educação Física: Construindo sua monografia, artigos e projetos**. 3. ed. São Paulo, SP: Phorte, 2008

PEREIRA, S.A.M. **O sexismo nas aulas de educação física: uma análise dos desenhos infantis e dos estereótipos de gênero nos jogos e brincadeiras**. Rio de Janeiro, 2004. 171p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho.

REGULAMENTO Nº 7. **Regulamento de educação física**. 1ª parte. Edição provisória autorizada pelo Estado-maior do Exército. 1934. Disponível em: <<http://www.we3m.com.br/cev/regulamento/fla01.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2008

ROMERO, E. As meninas babam o jogo e os meninos são mandões. In: KNIJNIK, J. D ; ZUZZI, R.P. (orgs). **Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI**. Jundiaí, SP: Fontoura, cap.6, p. 107-134, 2010.

\_\_\_\_\_. A Educação Física a Serviço da Ideologia Sexista. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Campinas, v. 15, n. 3, janeiro 1994.

SARAIVA, M.C. **Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito**. Ijuí, RS: Unijuí, 1999.

SOUSA, E.S. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história da educação física em Belo Horizonte (1987-1994)**. Campinas-SP, 1994, 265p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZUZZI, R.P ; KNIJNIK, J.D. Do passado ao presente: Reflexões sobre a história da Educação Física a partir das relações de gênero. In: KNIJNIK, J. D ; ZUZZI, R.P. (orgs). **Meninas e meninos na educação física: gênero e corporeidade no século XXI**. Jundiaí, SP: Fontoura, cap.3 p. 59-70, 2010.

---

<sup>1</sup> Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU.

<sup>2</sup> Rede pública municipal de São Paulo.

Rua Santo Antônio do Ingá,616  
Jardim Cumbica  
Guarulhos/SP  
07240-010